

**PARECER N.º                   /2023.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**EMENDA N.º 3 AO PROJETO DE LEI N.º 187/2022.**

**AUTOR: VEREADOR CLÉBER CANOA.**

**RELATOR: VEREADOR PAULO ARARA.**

### **1. Relatório:**

Trata-se da Emenda n.º 3 ao Projeto de Lei n.º 187/2022, de autoria do Vereador Cléber Canoa.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria deste Vereador, por força do r. despacho.

### **2. Fundamentação:**

#### **2. 1. Da Competência da Comissão:**

De acordo com o disposto no inciso I do artigo 102 do Regimento Interno, cabe a esta Comissão a análise da matéria sob comento, nos seguintes aspectos que se transcreve abaixo:

*Art. 102. ....*

*a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;*

*(...)*

*g) admissibilidade de proposições;*

*(...)*

*i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;*

*(...)*

*k) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e no mérito acerca de projetos de concessão de honrarias;*

## **2. 2. Da Iniciativa:**

Quanto à iniciativa da Emenda, temos:

*Art. 235. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de aditar, modificar, substituir ou suprimir dispositivo.*

*§ 1º Supressiva é a emenda destinada a excluir dispositivo.*

*§ 2º Substitutiva é a emenda apresentada como sucedânea de dispositivo.*

*§ 3º Aditiva é a emenda que visa acrescentar dispositivo.*

*§ 4º Emenda de redação é a que objetiva sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.*

*§ 5º Modificativa é a emenda que altera dispositivo sem modificá-lo substancialmente.*

*Art. 236. A emenda, quanto à sua iniciativa, é:*

*I - de Vereador;*

*II - de Comissão, quando incorporada a parecer; ou*

*III - de cidadãos, nos termos deste Regimento.*

A Emenda é tratada no Regimento Interno da seguinte forma:

*Art. 238. A emenda será admitida:*

*I – se pertinente à matéria contida na proposição principal;*

*II – se incidente sobre um só dispositivo, a não ser que se trate da matéria correlata, de maneira que a modificação de um envolva necessidade de se alterarem outros dispositivos.*

*Parágrafo único. As emendas apresentadas, em primeiro e segundo turno, serão enviadas, juntamente com a matéria principal, à apreciação da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, devendo ser observado o prazo previsto no inciso II do artigo 133 desta Resolução para a emissão do parecer.*

O Autor da Emenda n.º 3 justifica-a nos seguintes termos:

*O Programa de Desenvolvimento Habitacional denominado “PRÓ-MORADIA” no Distrito de Garapuava, no município de Unai tem por finalidade incentivar a aquisição de imóveis para construção de moradia, e a regularização de imóveis naquele Distrito. A alienação dos imóveis permitirá a arrecadação de novos recursos aos cofres públicos, que serão destinados para a realização de obras e outras ações naquele Distrito. É sabido por todos, que existem alguns ocupantes ilegais em terrenos públicos no Distrito de Garapuava, onde construíram em um lote e mantêm plantações em outro. A ser comprovada a ocupação irregular do terreno público nesses casos, que os ocupantes tenham a preferência de compra dos 02 (dois) imóveis.*

Este Relator entende que mesmo em matérias de iniciativa privativa do Executivo para projetos de Lei, não impede as modificações introduzidas pelo Poder Legislativo, por meio de emendas.

A respectiva Emenda, conforme a justificativa do Autor, é de interesse público.

Sem mais considerações, passa-se à conclusão.

### **3. Conclusão:**

Em face do exposto, dou pela constitucionalidade da Emenda n.º 3 ao Projeto de Lei n.º 187/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 30 de maio de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADOR PAULO ARARA  
Relator